

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	40
-------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	343.000
Preferenciais	240.000
Total	583.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	172.929	175.352
1.01	Ativo Circulante	34.481	36.025
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	60
1.01.02	Aplicações Financeiras	153	273
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	153	273
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	153	273
1.01.03	Contas a Receber	20.710	17.851
1.01.03.01	Clientes	20.710	17.851
1.01.04	Estoques	11.934	15.817
1.01.06	Tributos a Recuperar	966	972
1.01.07	Despesas Antecipadas	60	69
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	654	983
1.01.08.03	Outros	654	983
1.02	Ativo Não Circulante	138.448	139.327
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.877	1.738
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	26	26
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.851	1.712
1.02.01.09.03	Imposto a Recuperar	78	77
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	811	689
1.02.01.09.05	Outros Créditos	962	946
1.02.02	Investimentos	26.516	24.973
1.02.02.01	Participações Societárias	258	258
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	258	258
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	26.258	24.715
1.02.03	Imobilizado	109.299	112.040
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	109.299	112.040
1.02.04	Intangível	756	576

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	172.929	175.352
2.01	Passivo Circulante	152.068	141.164
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.058	34.509
2.01.02	Fornecedores	11.538	13.141
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.428	57.846
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.471	33.698
2.01.05	Outras Obrigações	2.573	1.970
2.02	Passivo Não Circulante	84.458	86.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.258	11.302
2.02.02	Outras Obrigações	45.836	45.400
2.02.02.02	Outros	45.836	45.400
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	45.836	45.400
2.02.03	Tributos Diferidos	21.500	22.572
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.500	22.572
2.02.04	Provisões	8.864	7.707
2.03	Patrimônio Líquido	-63.597	-52.793
2.03.01	Capital Social Realizado	9.214	9.214
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.004	1.044
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-104.360	-94.111
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.545	31.060

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.522	55.628	29.017	62.956
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.501	-44.690	-24.792	-52.925
3.03	Resultado Bruto	7.021	10.938	4.225	10.031
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.068	-7.823	-6.689	-12.056
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.552	-5.294	-3.900	-7.298
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.923	-3.857	-3.076	-5.317
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.407	1.328	287	559
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.953	3.115	-2.464	-2.025
3.06	Resultado Financeiro	-7.746	-14.991	-5.654	-11.673
3.06.01	Receitas Financeiras	1.250	3.116	2.012	3.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.996	-18.107	-7.666	-15.511
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.793	-11.876	-8.118	-13.698
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	287	1.072	208	2.090
3.08.02	Diferido	287	1.072	208	2.090
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.506	-10.804	-7.910	-11.608
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.506	-10.804	-7.910	-11.608
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-5,77595	-17,79901	-13,03130	-19,12356
3.99.01.02	PN	-6,35354	-19,57891	-14,33443	-21,03591

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.506	-10.804	-7.910	-11.608
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.506	-10.804	-7.910	-11.608

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.938	9.587
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-946	1.577
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Antes do IR e CSLL	-11.876	-13.698
6.01.01.02	Provisão para Contingências	1.157	874
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	2.946	3.013
6.01.01.04	Provisão para Multa e Juros s/ Impostos	1.259	2.648
6.01.01.05	Baixas de Imobilizado	327	775
6.01.01.07	Juros e Variação Cambial	4.268	5.784
6.01.01.08	Provisão para Devedores Duvidosos	-230	189
6.01.01.09	Provisão para Estoques Obsoletos	131	-98
6.01.01.10	IR e CSLL Diferidos	1.072	2.090
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.884	8.010
6.01.02.01	Redução/(Aumento) de Clientes	-2.629	-4.010
6.01.02.02	Redução/(Aumento) dos Estoques	3.752	2.854
6.01.02.03	Redução/(Aumento) de Outros Ativos	-1.338	932
6.01.02.04	Redução/(Aumento) de Fornecedores	-1.603	2.957
6.01.02.05	Redução/(Aumento) de Obrigações Societárias e Trabalhistas	6.477	6.531
6.01.02.06	Redução/(Aumento) de Obrigações Tributárias	9.759	3.490
6.01.02.07	Redução/(Aumento) de Outras Variações de Passivos	603	192
6.01.02.08	Juros Pagos	-3.137	-4.936
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-592	-2.067
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-454	-1.671
6.02.03	Aquisição de Intangível	-258	-146
6.02.04	Variação de Aplicações Financeiras sem Liquidez Imediata	120	-250
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.402	-7.510
6.03.01	Captação de Empréstimos	86.191	86.190
6.03.03	Pagamento de Empréstimos, incluindo juros	-96.593	-93.700
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-56	10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60	38
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	48

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-94.111	32.104	-52.793
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-94.111	32.104	-52.793
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.804	0	-10.804
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.804	0	-10.804
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	555	-555	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	841	-841	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-286	286	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-104.360	31.549	-63.597

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-35.249	33.534	7.499
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-35.249	33.534	7.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.608	0	-11.608
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.608	0	-11.608
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	584	-584	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	884	-884	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-300	300	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-46.273	32.950	-4.109

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	76.189	86.288
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	75.938	86.226
7.01.02	Outras Receitas	21	62
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	230	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.504	-41.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.414	-14.180
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.106	-28.166
7.02.04	Outros	1.016	1.272
7.03	Valor Adicionado Bruto	45.685	45.214
7.04	Retenções	-2.968	-3.013
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.968	-3.013
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	42.717	42.201
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.116	3.838
7.06.02	Receitas Financeiras	3.116	3.838
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.833	46.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.833	46.039
7.08.01	Pessoal	19.975	25.837
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.986	20.691
7.08.01.02	Benefícios	1.642	3.266
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.347	1.880
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.506	18.349
7.08.02.01	Federais	10.318	9.019
7.08.02.02	Estaduais	10.989	9.291
7.08.02.03	Municipais	199	39
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.156	13.461
7.08.03.01	Juros	14.569	12.862
7.08.03.02	Aluguéis	587	599
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.804	-11.608
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.804	-11.608

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

1 – RECEITA LIQUIDA

A Receita Operacional Líquida (ROL), no acumulada no primeiro semestre de 2016, registrou uma queda de 11,64%, em relação ao mesmo período de 2015.

O principal responsável pela baixa performance foi ao mercado de montadoras, registrando uma queda na receita líquida de 28,54% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em razão da crise econômica que vem prejudicando o setor a meses.

Conforme o Relatório da Pesquisa Conjuntural, divulgado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS), as empresas associadas ao sindicato registraram queda de 8,7% no faturamento líquido nominal nos primeiros cinco meses de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e as vendas líquidas nominais para as montadoras caíram 17,1%. Houve, no entanto, recuperação nos segmentos da reposição e intrassetorial, de 1,6% e 6,4%, respectivamente, no comparativo com o mesmo período do ano anterior. Isso demonstra que o setor automotivo continua com queda nas vendas como já demonstrados em relatórios anteriores publicados pelo SINDIPEÇAS.

DESCRIÇÃO	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	Varição
Mercado de Montadoras	28.383	20.282	-28,54%
Mercado de Reposição	22.531	20.753	-7,89%
Mercado Ferroviário	2.982	5.551	86,15%
Mercado Externo	9.060	9.042	-0,20%
RECEITA LIQUIDA	62.956	55.628	-11,64%

2 – CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos (CPV) no período findo em 30 de junho de 2016 atingiu R\$ 44.690 mil (R\$ 52.925 mil em 2015), representando 80,34% da Receita Operacional Líquida (84,07% em 2015). As reduções dos custos fixos, principalmente com mão-de-obra e na conta de energia elétrica, contribuíram para a redução registrada neste indicador.

DESCRIÇÃO	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016
CPV	(52.925)	(44.690)
% s/ ROL	84,07%	80,34%

Comentário do Desempenho

3 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais compreendem as despesas gerais, administrativas e comerciais, somaram R\$ 8.874 mil acumulado neste primeiro semestre de 2016 (R\$ 12.056 mil em 2015), absorvendo 15,95% da receita operacional líquida (ROL).

DESCRIÇÃO	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016
Desp. Operacionais	(12.056)	(8.874)
% s/ ROL	19,15%	15,95%

4 – EBITDA

No primeiro semestre de 2016, o EBITDA atingiu R\$ 6.082 mil (R\$ 988 mil em 2015). Observa-se um aumento de 515,59% frente ao mesmo período de 2015.

	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016
(=) Lucro Operacional Bruto	10.031	10.938
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(5.317)	(3.857)
(-) Despesas de Vendas	(7.298)	(5.294)
(-) Outras Despesas/Receitas	559	1.328
(+) Depreciação/Amortização	3.013	2.967
(=) EBITDA	988	6.082

O aumento do EBITDA, é reflexo direto da queda nos custos dos produtos da Companhia comentados no item 1 e 2 deste relatório.

5 – RECEITA/DESPESAS FINANCEIRAS

A Companhia empreendeu esforços para adequação do endividamento através da negociação de créditos, harmonizando as despesas financeiras em busca do equilíbrio do resultado da Companhia.

As despesas financeiras líquidas da empresa neste primeiro semestre de 2016 atingiram R\$ 18.107 mil, representando 32,55% da ROL, contra R\$ 15.551 mil, do mesmo período de 2015 representando 24,7% da ROL.

O aumento das despesas financeiras líquidas deve-se principalmente pelo reconhecimento do ajuste a valor presente dos tributos em aberto. No entanto, se observadas as despesas oriundas das dívidas com fornecedores e instituições financeiras observa-se redução, como pode ser observado na nota explicativa 24.

6 – LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO LIQUIDO

Neste primeiro semestre de 2016 a empresa apresentou um lucro operacional, desconsiderando-se os efeitos financeiros de R\$ 3.115 mil representando 5,6% da receita operacional líquida. Em 2015 o prejuízo operacional do primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 2,025 mil, o que representa 3,22% sobre a receita operacional líquida.

Comentário do Desempenho

O resultado líquido primeiro semestre de 2016 foi de R\$ 10.804 mil negativos, contra R\$ 11.608 mil negativos de 2015.

7 – CICLOS FINANCEIROS – DIAS

Os ciclos financeiros em dias comparativos do primeiro semestre são como segue:

DESCRIÇÃO	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	Variação
Prazo Médio de Recebimento	37	43	6
Prazo Médio de Pagamento	50	35	15

8 – INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia no primeiro semestre de 2016 totalizaram R\$ 621 mil. Estes recursos foram destinados para aquisição de máquinas e ferramentais necessários à produção.

9 – RECURSOS HUMANOS

Em 30 de junho de 2016, o quadro de colaboradores era de 728 contra 809 em 31 de dezembro de 2015, mantendo assim o seu quadro de acordo com as necessidades da Companhia.

10 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com essas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas. Em conformidade com a Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01/2007, declaramos que os Auditores Independentes não prestaram outros serviços à Companhia, além de auditoria externa no presente exercício.

Notas Explicativas

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM** **30 DE JUNHO DE 2016**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 152.068 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 34.481, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 117.587 (R\$ 105.139 em 31 de dezembro de 2015).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Sistema de gestão produtiva: aprimoramento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas e o fluxo de produção, gerando ganho em escala nos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Participação no mercado: preservação dos mercados e produtos já existentes e recuperação de margem dos produtos, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição e exportação.

c) Despesas financeiras: adequação do endividamento da Companhia através da negociação de créditos, harmonizando as despesas financeiras em busca do equilíbrio do resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também o controle de novos investimentos. A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e de dívidas com instituições financeiras.

As informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2016 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2016.

Notas Explicativas

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As informações trimestrais apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas informações trimestrais, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As informações trimestrais são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

Notas Explicativas

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Notas Explicativas

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

Notas Explicativas

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 30 de junho de 2016 e em 30 de junho 2015 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

2.13 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Notas Explicativas

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.15 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Notas Explicativas

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
INSS – Instituto nacional seguridade social	1%

2.16 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

Notas Explicativas

3. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 30 de junho de 2016. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas Explicativas

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	1	-
Banco conta movimento	3	60
Total de caixa e equivalente a caixa	<u>4</u>	<u>60</u>

Notas Explicativas**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	30/06/2016	31/12/2015
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	26	39
Títulos de capitalizações	153	260
Total de bancos e aplicações financeiras	179	299
Circulante	153	273
Não circulante	26	26

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui um saldo de R\$ 26 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2015).

6. CLIENTES

	30/06/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes mercado interno	16.733	11.241
Contas a receber de clientes mercado externo	5.404	8.267
Total do contas a receber	22.137	19.508
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.427)	(1.657)
Total de clientes	20.710	17.851

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	30/06/2016	31/12/2015
Títulos a vencer superior a 90 dias	569	1.038
Títulos a vencer até 90 dias	17.426	13.700
Vencidos em até 90 dias	2.958	2.562
Vencidos de 90 a 180 dias	134	446
Vencidos superior a 180 dias	1.050	1.762
Contas a receber de clientes	22.137	19.508

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	30/06/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício/período	(1.657)	(2.619)
Adições	(169)	(1.471)
Baixas	399	2.433
Saldo no final do exercício/período	(1.427)	(1.657)

Notas Explicativas**7. ESTOQUES**

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Produtos acabados	3.800	6.704
Mercadorias para revenda	1.649	1.791
Produtos em elaboração	2.225	2.787
Matéria prima	1.290	1.576
Almoxarifado	4.018	3.876
Provisão para estoques obsoletos	(1.048)	(917)
Total dos estoques	<u>11.934</u>	<u>15.817</u>

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação provisão para estoques obsoletos		
Saldo no início do exercício/período	(917)	(1.247)
Adições	(131)	(329)
Baixas	-	659
Saldo no final do exercício/período	<u>(1.048)</u>	<u>(917)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS a recuperar	11	4
COFINS a recuperar	53	19
ICMS a recuperar	902	949
IRRF a recuperar	78	77
Total impostos a recuperar	<u>1.044</u>	<u>1.049</u>
Circulante	966	972
Não circulante	78	77

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Terrenos mantidos para investimentos	26.258	24.715
Total propriedades para investimento	<u>26.258</u>	<u>24.715</u>

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método evolutivo foram as seguintes:

- Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 6 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

Taxa anual de depreciação	Edifício e Máquinas e Equipamentos					Móveis e Veículos		Imobilizado em andamento	Total
	Terrenos	dependências	equipamentos	de informática	utensílios				
-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	34.952	20.436	52.067	428	420	295	8.758	117.356	
Adições	-	-	510	17	16	-	1.428	1.971	
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	(1.451)	(1.453)	
Transferências	-	474	3.219	52	32	37	(3.814)	-	
Depreciação	-	(671)	(4.896)	(131)	(91)	(47)	-	(5.836)	
Baixas da depreciação	-	-	-	2	-	-	-	2	
Saldo em 31/12/2015	34.952	20.239	50.900	366	377	285	4.921	112.040	
Adições	-	-	111	73	6	12	513	715	
Baixas	-	-	(347)	-	-	-	(241)	(588)	
Transferências	-	208	229	-	-	-	(437)	-	
Depreciação	-	(349)	(2.400)	(67)	(50)	(23)	-	(2.889)	
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	21	-	21	
Saldo em 30/06/2016	34.952	20.098	48.493	372	333	295	4.756	109.299	

Nas informações intermediárias a depreciação foi registrada no resultado do período findo em 30 de junho de 2016 totalizando R\$ 2.889, sendo R\$ 2.832 classificadas como custos, R\$ 15 como despesas comerciais e R\$ 42 como despesas administrativas (R\$ 2.898, R\$ 22, R\$ 41, respectivamente para o exercício findo em 30 de junho de 2015).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento referem-se à venda de ferramental.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL**

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22	474	496
Adições	-	190	190
Amortizações	-	(110)	(110)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22	554	576
Adições	-	258	258
Transferência	-	-	-
Amortizações	-	(78)	(78)
Saldo em 30 de junho de 2016	22	734	756

As despesas com amortizações totalizam R\$ 78, e foram registradas ao resultado como R\$ 43 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 5 como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 30 como “despesas administrativas” para o período findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 52, R\$ 5, R\$ 9, respectivamente para o período findo em 30 de junho de 2015).

12. FORNECEDORES

	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores de mercadorias	7.237	7.086
Fornecedores de serviços	4.301	6.055
Total fornecedores	11.538	13.141

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Juros mensal	Garantias	30/06/2016	31/12/2015
Capital de Giro	1,27%+CDI e 100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	23.679	23.095
ACC	9% ao ano	Aval	3.526	11.025
Conta Garantida	2,56% +CDI	Duplicata	22	1.500
Empréstimo	0,33% a 0,59% + TJLP	Hipoteca	2.240	2.705
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	1.002	1.220
Prodec	2% ao ano		5.053	5.184
Limite	2,5% a 11,99%		207	271
Total de empréstimos e financiamentos			35.729	45.000
Circulante			27.471	33.698
Não circulante			8.258	11.302
Por data de vencimento			30/06/2016	31/12/2015
Em até 6 meses			23.947	30.345
De 6 meses a 1 ano			3.524	3.353
De 1 a 2 anos			6.616	6.357
De 2 a 3 anos			1.642	4.940
De 3 a 4 anos			-	5
Total de empréstimos e financiamentos			35.729	45.000

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas ("Covenants").

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	30/06/2016	31/12/2015
Salários a pagar	2.182	2.231
Provisão de férias a pagar e 13 salário	5.374	4.492
INSS a recolher	24.985	19.167
FTGS a recolher	331	813
IRRF sobre salários recolher	4.543	3.513
Acordos Trabalhistas	2.037	2.548
Outros	2.606	1.745
Total obrigações sociais e trabalhistas	42.058	34.509

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2016	31/12/2015
PIS	6.427	5.564
COFINS	37.130	32.793
ICMS	13.650	10.121
IRPJ/CSLL a Recolher	-	-
Outros	210	140
Total obrigações sociais e trabalhistas	57.417	48.618

Notas Explicativas**16. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO**

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS	8.270	9.638
FGTS	3.302	1.762
Refis	41.827	39.861
Outros	3.448	3.367
Total parcelamento tributário	<u>56.847</u>	<u>54.628</u>
Circulante	11.011	9.228
Não circulante	45.836	45.400

Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Em 22 de agosto de 2015, a Companhia efetuou junto à Receita Federal a consolidação parcial dos débitos do Refis. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados, com o objetivo de reduzir o valor das parcelas mensais e garantir a adimplência do parcelamento. A consolidação resultou na exclusão de débitos de PIS e COFINS inclusos na adesão.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
	<hr/>
Amortizações ocorridas	(14.448)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas – Consolidação (Nota 17)	2.596
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	5.110
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(19.751)
Apropriação juros s/ saldo devedor	9.790
	<hr/>
	41.828
(-) Parcela classificada no circulante	(5.241)
	<hr/>
Passivo não circulante	<u>36.587</u>

Notas Explicativas**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL***a) Imposto de renda e contribuição social - conciliação com o resultado*

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Prejuízo antes dos impostos	(11.876)	(13.698)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	4.038	4.657
Prejuízos Fiscais e Base Negativa - Tributos Não Constituídos	(2.848)	(2.543)
Efeito sobre diferenças permanentes		
Brindes	(4)	(25)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(114)	1
Imposto de renda e contribuição social efetivo	<u>1.072</u>	<u>2.090</u>
Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	1.072	2.090

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (i)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	484	563
Provisão para estoque obsoleto	356	312
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	7.370	5.778
Provisão para demandas judiciais	-	-
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	-	-
Provisão comissões a pagar	147	115
	-	-
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(524)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(15.035)	(15.300)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(5.428)	(5.149)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(8.420)	(7.895)
Reserva de reavaliação	(450)	(472)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	<u>(21.500)</u>	<u>(22.572)</u>
Saldo Inicial	(22.572)	(3.562)
Estorno Compensação Refis (Nota 16)	-	2.596
Valor registrado ao resultado do exercício	1.072	(21.606)
Saldo Final	<u>(21.500)</u>	<u>(22.572)</u>

Notas Explicativas

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 106.305 (R\$ 97.929 em 2015) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 106.265 (R\$ 97.889 em 2015) em 30 de junho de 2016, representando um crédito tributário de R\$ 36.140 (R\$ 33.292 em 2015). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela mesma, no contexto das principais variáveis de seus negócios.

Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, apresentando como resultado que não há expectativa de realização do ativo fiscal diferido nos próximos quatro anos. Por isso, não são constituídos os impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL registrados até 30 de junho de 2016.

18. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.323	-	6.384	7.707
Constituição de provisões	-	-	1.157	1.157
Saldo em 30 de junho de 2016	1.323	-	7.541	8.864
Depósitos judiciais relacionados	(811)	-	-	(811)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30/06/2016
Ações trabalhistas	1.467
Ações tributárias	260
Total de perdas possíveis	1.727

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

Notas Explicativas

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quais quer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No período findo em 30 de junho de 2016, foram realizados o montante de R\$ 555 (R\$ 584 em 30 de junho de 2015) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

20. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é o Sr. João Stramosk, o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	962	946
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	666	695

- (a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

Notas Explicativas

A Companhia mantém contrato de representação comercial com acionista. No período findo em 30 de junho de 2016 foram registrados R\$ 347 a título de comissão (R\$ 399 no trimestre findo em 30 de junho de 2015).

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2016, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	30/06/2016	30/06/2015
Conselho de administração	3	599	632
Diretoria administrativa	1	502	806
		1.101	1.438

Em 30 de junho de 2016 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 1 diretor estatutário. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.

Não há benefícios de longo prazo, pós-emprego.

21. RECEITA DE VENDAS

	30/06/2016	30/06/2015
Receita reposição/revenda mercado interno	33.331	34.988
Receita montadora mercado interno	26.859	36.460
Receita Ferroviário	6.506	4.961
Receita mercado externo	9.168	9.684
Receita venda sucata	74	132
Receita operacional bruta	75.938	86.225
(-) Deduções e abatimentos	(281)	(1.876)
(-) Impostos sobre as vendas	(20.029)	(21.393)
Receita operacional líquida	55.628	62.956

Notas Explicativas**22. DESPESAS OPERACIONAIS, POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresentada a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	30/06/2016	30/06/2015
Custos dos produtos/serviços vendidos	(44.690)	(52.925)
Despesas com vendas e distribuição	(5.294)	(7.298)
Despesas gerais e administrativas	(3.857)	(5.317)
Outras receitas e despesas	1.328	559
Total despesas por natureza	(52.513)	(64.981)

Despesa por função	30/06/2016	30/06/2015
Custos dos bens e serviços	(17.288)	(19.836)
Despesa com comissões	(2.375)	(2.537)
Despesa com fretes	(803)	(1.103)
Outras despesas com vendas	6	(834)
Despesa com folha de pagamento	(21.291)	(28.308)
Energia elétrica	(3.808)	(4.173)
Serviços de terceiros	(4.346)	(4.174)
Outras despesas administrativas	(968)	(1.563)
Despesa com depreciação e amortização	(2.967)	(3.012)
Outras receitas e despesas operacionais	1.327	559
Total despesas por função	(52.513)	(64.981)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2016	30/06/2015
Recuperação de receita	1.016	1.272
Receita com venda de ativo imobilizado	3	-
Receitas diversas	1.596	62
Despesas diversas	(1.287)	(775)
Total outras receitas e despesas	1.328	559

Notas Explicativas

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras	30/06/2016	30/06/2015
Varição cambial ativa	2.906	3.548
Empréstimos subsidiados	80	218
Juros recebidos	20	58
Descontos obtidos	108	11
Outras receitas financeiras	2	3
Total receitas financeiras	3.116	3.838
Despesas financeiras	30/06/2016	30/06/2015
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.760)	(4.779)
Multa e juros sobre fornecedores	(300)	(635)
Multa e juros sobre impostos	(8.701)	(4.152)
Varição cambial	(3.114)	(3.918)
Descontos concedidos	(1.688)	(1.654)
IOF	(165)	(92)
Outras despesas	(379)	(281)
Total despesas financeiras	(18.107)	(15.511)
Resultado financeiro líquido	(14.991)	(11.673)

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(10.804)	(11.608)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(17,80)	(19,12)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(19,58)	(21,04)

26. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2016 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

	Moeda	30/06/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
<u>Ativos</u>								
Contas a receber	US\$	1.684	3,21	1	4,01	1.353	4,82	2.704
<u>Passivos</u>								
Financiamentos	US\$	1.099	3,21	(0)	4,01	(882)	4,82	(1.763)
Efeito no resultado				1		471		941

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

Notas Explicativas

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexado r	30/06/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Capital de giro/Financ.	CDI	27.434	13,38 %	(3.671)	16,73%	(4.588)	20,07%	(5.506)
Badesc	TJLP	2.240	7,00%	(157)	8,75%	(196)	10,50%	(235)
Prodec	-	5.053	2,00%	(101)	2,50%	(126)	3,00%	(152)
Finep	-	1.002	5,00%	(50)	6,25%	(63)	7,50%	(75)
Efeito no resultado				(3.979)		(4.974)		(5.968)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades descritas na Nota 1a, Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos;

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Reposição		Montadora		Ferroviário		Exportação		Total	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita líquida	20.753	22.531	20.282	28.383	5.551	2.982	9.042	9.060	55.628	62.956
Custos sobre vendas	12.625	15.504	21.215	26.454	4.478	3.545	6.372	7.422	44.690	52.925
Lucro/Prejuízo	(1.188)	(2.656)	(8.487)	(7.618)	(783)	(1.558)	(345)	224	(10.803)	(11.608)

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 21.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 25,46% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e iii) Hidremec Indústria de Materiais Ferroviários Ltda.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000	De 18/03/2016 a 18/03/2017

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Rio do Sul - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 30 de junho de 2016 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 117.587 mil, bem como, apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 63.597 mil. Essa condição, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Consolidação programa de recuperação fiscal

Como descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia aderiu a programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 31 de junho de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville (SC), 29 de julho de 2016.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2016 e períodos comparativos.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2016 e períodos comparativos e, concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes.